

Ano XX nº 5798 – 24 abril de 2018

Itaú Unibanco pagará PLR integral para mulheres em licença-maternidade



Em comunicado interno, o Itaú informou que vai pagar a PLR integral para as mulheres em licença-maternidade, e não mais proporcional, como acontecia até então. Além disso, o banco informou que as trabalhadoras em licença-maternidade terão suas avaliações de performance baseadas somente no período trabalhado, sem contabilização do período de licença.

Desde 2009, as bancárias, conquistaram a licença-maternidade ampliada de seis meses, fundamental para o período de amamentação, para o vínculo afetivo entre mãe e bebê e no fortalecimento do sistema imunológico da criança. Em 2016, foi conquistada a licença-paternidade de 20 dias, mediante participação do bancário em cursos de paternidade responsável, o que proporciona que as responsabilidades com o bebê sejam compartilhadas de forma mais justa entre pais e mães.

O Itaú informou que as mudanças em relação à PLR e avaliação de performance de trabalhadoras em licença-maternidade passam a valer a partir do ciclo de meritocracia de 2018.

Banco do Brasil começa a terceirizar as agências

Além das ameaças de privatização, os funcionários das estatais têm de lidar com os inúmeros prejuízos causados pela reforma trabalhista.

O Banco do Brasil começa a terceirizar todos os serviços prestados nas agências.

Com um novo conceito, chamado Mais BB Padronizado, a direção da empresa está abrindo lojas de atendimento só com prestadores de serviço. A medida descaracteriza ainda mais a instituição financeira. Detalhe, a iniciativa privada é parceira do modelo.

As primeiras unidades estão em São Paulo, mas, muito em breve, o banco deve abrir nos demais estados do país.

Não é de agora que o governo Temer ataca o BB. A empresa é reduzida desde o golpe de 2016. Em pouco mais de um ano, foram cortados 13.590 postos de trabalho. O número de agências também caiu, 660 unidades fecharam. Não é só isso, funcionários foram descomissionados da noite para o dia e muitos tiveram de mudar de vida completamente, devido a realocação para outras cidades.

Importante destacar que as medidas prejudicam ainda os clientes, que têm um péssimo serviço prestado.



Temer amplia cortes de investimentos em 2019

Os investimentos públicos para 2019 serão os menores dos últimos 12 anos para áreas essenciais. Serão destinados apenas R\$ 98,38 bilhões para suprir as demandas da educação, saúde, infraestrutura e assistência social. O valor equivale a 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto).

O corte, previsto na Emenda 95, chamada PEC dos gastos públicos, atinge o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e os projetos que combatem as desigualdades sociais, como o Bolsa Família, ou seja, a população carente, que precisa do Estado, é a mais prejudicada.

O governo Temer sinaliza mais cortes para 2020 e 2021. Para se ter ideia da redução, em 2014 e 2015, a presidenta Dilma Rousseff destinou R\$ 184 bilhões e R\$ 145 bilhões, respectivamente, para investimentos em áreas fundamentais.

